

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAU

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2026

PROCESSO 0840/2026

MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

O **MUNICÍPIO DE MARAU/RS**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 87.599.122/0001-24, com sede na Rua Irineu Ferlin, nº 658, na cidade de Marau – RS, neste ato representado pela Prefeita Municipal de Marau **NAURA BORDIGNON**, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua, n.º , Centro, nesta cidade de Marau - RS, doravante denominado **MUNICÍPIO** e, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º, com sede na Rua, nº- Bairro na cidade de, CEP, representada, neste ato, por, inscrita no CPF sob o nº doravante denominado **CONTRATADO**, têm justo e acordado este termo contratual, com fundamento na **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2026** e em conformidade com a Lei Federal 14.133/2021, suas alterações e demais legislação aplicável, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula 1.ª. DO OBJETO

§1º. O presente contrato tem por objeto *Contratação de empresa especializada em Medicina Veterinária do Coletivo para prestação de serviços de consultoria, assessoramento e responsabilidade técnica no âmbito do Programa Municipal de Manejo Ético Populacional e Bem-Estar Animal – “Marau CuidaPet”*, a ser realizado pelo **CONTRATADO**:

<i>Item</i>	<i>Un.</i>	<i>Qtd.</i>	<i>Cód.</i>	<i>Descrição</i>	<i>Valor mensal R\$</i>	<i>Valor anual R\$</i>

§2º. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição: o termo de referência, o edital da licitação, a proposta do **CONTRATADO** e todos os anexos dos documentos citados.

Cláusula 2.ª. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL E DA PRORROGAÇÃO

§1º. A vigência desta contratação será de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do termo contratual.

§2º. Esse prazo poderá ser prorrogado nos termos do artigo 106 da Lei 14.133/2021, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

§3º. A prorrogação desta contratação está condicionada a:

I. Apresentação de relatório favorável do fiscal responsável, com a motivação da prorrogação contratual, atestado pela autoridade competente, com a manifestação de que as condições e os preços permanecem economicamente vantajosos para a Administração.

II. Manifestação expressa do interesse do **CONTRATADO** na prorrogação e a comprovação de que mantém todas as condições de habilitação e qualificação, nos termos do art. 92, XVI da Lei n.º 14.133/2021.

III. Indicação da existência de créditos orçamentários vinculados.

§4º. O **CONTRATADO** não tem direito subjetivo à prorrogação.

Cláusula 3.ª. DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

§1ª. Após o prazo de **05 (cinco) dias consecutivos**, contados da assinatura do Contrato, o **CONTRATADO** deverá estar apto a iniciar a execução dos serviços, observadas as condições e prazos que vierem a ser estabelecidos pela Secretaria solicitante.

§2ª. Caso não seja possível iniciar a execução dos serviços na data assinalada, o **CONTRATADO** deverá comunicar ao Fiscal do Contrato das razões respectivas, com pelo menos 03 (três) dias de antecedência, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado pela Secretaria requisitante, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

§3ª. O **CONTRATADO** compromete-se a corrigir, as suas custas, parcial ou totalmente, caso os serviços prestados não atendam aos critérios básicos legalmente estabelecidos no Termo de Referência e Edital, imediatamente após o comunicado do Fiscal do Contrato, sem custos adicionais ao Município.

§4ª. O **CONTRATADO** não poderá, sob nenhuma hipótese, efetuar qualquer cobrança dos usuários relativa aos serviços prestados através do presente instrumento, responsabilizando-se por cobranças indevidas realizadas diretamente ou por seus prepostos ou terceiros.

§5ª. O **CONTRATADO** deverá manter, durante todo o prazo de vigência contratual, todas as condições de habilitação e qualificação compatíveis com as obrigações assumidas nesta contratação.

§6ª. O Município não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo **CONTRATADO** com terceiros, ainda que vinculados à execução da presente contratação, bem como, por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do **CONTRATADO**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

§7ª. No caso de descumprimento dos prazos e condições determinadas, poderão ser aplicadas as sanções e penalidades previstas no Edital e/ou Contrato.

§8ª. Para fins de execução do Programa “Marau CuidaPet” e sempre que necessário ao desenvolvimento das atividades, o Município poderá disponibilizar, mediante prévio agendamento e conforme disponibilidade, veículo oficial e motorista para deslocamentos relacionados às ações do programa.

§9ª. A responsabilidade técnica e serviços assumidos pelo **CONTRATADO** limita-se aos aspectos técnicos, sanitários, éticos e de padronização de diretrizes e protocolos do programa, não se confundindo, em nenhuma hipótese, com atribuições de fiscalização administrativa ou contratual, controle financeiro, conferência de medições, validação de pagamentos, auditoria de contratos ou apuração de responsabilidades, as quais permanecem sob responsabilidade exclusiva da Administração Municipal.

§10ª. DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAU - Rua Irineu Ferlin, 658 - CEP: 99.150-000. Marau/RS.

Fone: (54) 3342-9500 - www.pmmarau.com.br

Doe Sangue, Doe Órgãos, Salve Vidas.

I. A execução dos serviços ocorrerá de forma continuada, compatível com as necessidades técnicas, operacionais e estratégicas do Programa Municipal de Manejo Ético Populacional e Bem-Estar Animal – “Marau CuidaPet”.

II. O CONTRATADO será responsável pela disponibilização de profissionais legalmente habilitados e devidamente qualificados para a execução dos serviços, inexistindo qualquer vínculo funcional ou empregatício entre tais profissionais e o Município.

III. Para fins de adequada execução do objeto, a prestação dos serviços deverá ocorrer em, no mínimo, **04 (quatro) dias por semana**, em dias úteis, podendo tal frequência ser ampliada de acordo com a necessidade, desde que observada a disponibilidade técnica semanal máxima de **32 (trinta e duas) horas, sempre de forma presencial**. Este período é utilizado exclusivamente como parâmetro de dimensionamento das atividades, não se caracterizando como controle de jornada ou carga horária fixa.

IV. A execução dos serviços ocorrerá, como regra geral, em dias úteis e de forma compatível com o horário de funcionamento da Administração Municipal, podendo os dias e períodos de atendimento serem ajustados de comum acordo entre Contratada e Município, conforme a natureza das atividades, o cronograma das ações e as demandas do Programa Municipal.

V. O CONTRATADO poderá ser convocado a participar de campanhas, mutirões, ações educativas e eventos institucionais, inclusive aos finais de semana, quando necessário e previamente solicitado pela Administração. As horas de serviço executadas nessas atividades poderão ser compensadas durante a semana, mediante ajuste entre as partes.

VI. A execução do objeto compreenderá atividades de natureza técnica especializada e atividades de apoio técnico-operacional, conforme as demandas do Programa.

VII. Dentre as **atividades técnico-operacionais** a serem realizadas pelo **CONTRATADO**, incluem-se, mas não se limitam a:

a) Vistorias técnicas e análise de casos concretos;

b) Emissão de relatórios, pareceres e laudos técnicos;

c) Ações educativas em escolas e comunidades;

d) Apoio técnico-operacional em ações clínicas não cirúrgicas, como vacinação e microchipagem;

e) Apoio em campanhas e mutirões;

f) Organização de registros e consolidação de informações.

*g) O **CONTRATADO** será integralmente responsável pela qualidade técnica, consistência e conformidade dos serviços prestados.*

VIII. As atividades de planejamento técnico, definição de diretrizes, assessoramento estratégico, capacitações e validação técnica permanecerão sob responsabilidade do profissional Responsável Técnico indicado pelo **CONTRATADO**.

IX. As atividades de caráter técnico-operacional poderão ser executadas por outros médicos-veterinários legalmente habilitados, desde que sob orientação e supervisão técnica do Responsável Técnico.

X. O CONTRATADO deverá apresentar relatórios periódicos de acompanhamento técnico das atividades desenvolvidas, conforme definido pela Administração.

XI. O CONTRATADO deverá comunicar formalmente ao Município quaisquer anormalidades verificadas na execução dos serviços.

XII. O recebimento dos serviços pelo Município não exclui a responsabilidade civil do **CONTRATADO** por eventuais vícios de quantidade ou qualidade, nos termos da legislação aplicável.

XIII. Os serviços deverão ser prestados em local a ser designado pelo Departamento de Engenharia e Meio Ambiente.

XIV. O **CONTRATADO** deverá atuar durante toda a vigência contratual em conformidade com os preceitos estabelecidos na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), assegurando o tratamento adequado, seguro e legal dos dados eventualmente acessados ou processados no âmbito da presente contratação.

XV. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência e Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos.

XVI. O **CONTRATADO** é responsável por fornecer mão de obra qualificada para desempenhar todas as funções relacionadas ao objeto descrito no Termo de Referência e Edital. Todos os custos associados à mão de obra serão de responsabilidade do **CONTRATADO**. Além disso, o **CONTRATADO** será responsável pela segurança e integridade de seus funcionários durante toda a prestação dos serviços, exonerando-se integralmente o Município.

XVII. Todos os encargos trabalhistas, fiscais previdenciários e sociais, em relação ao quadro de pessoal que prestará os serviços, ora contratados, serão de exclusiva responsabilidade do **CONTRATADO**, assim como a responsabilidade civil e penal sobre eventuais danos e indenizações de qualquer espécie, que os mesmos vierem a dar causa, exonerando-se integralmente o Município.

Cláusula 4.ª. DO REAJUSTE E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

§1º. Os preços inicialmente licitados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contados da data de apresentação da proposta financeira do licitante.

§2º. No caso de a execução contratual ultrapassar o prazo de 12 (doze) meses, será concedido reajuste ao preço proposto, deduzido eventual antecipação concedida a título de reequilíbrio econômico-financeiro, utilizando como indexador o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

§3º. Ocorrendo as hipóteses previstas no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021, será concedido equilíbrio econômico-financeiro do contrato, mediante requerimento do licitante, desde que suficientemente comprovado o desequilíbrio de forma documental, conforme Decreto Municipal nº 5.751/2021.

§4º. O equilíbrio econômico-financeiro deverá ser pleiteado, protocolizando-o no Flowdocs, sistema eletrônico instituído pela administração pública para envio e recebimento de documentos de forma online, sendo que, durante o trâmite e despacho do protocolo, a execução do serviço deverá ser mantida, sem prejuízo à esta Municipalidade.

§5º. Caso concedido, a empresa receberá o reequilíbrio, apenas sob os empenhos gerados a partir da data do protocolo.

Cláusula 5.ª. DA FISCALIZAÇÃO

§1º. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

§2º. As comunicações entre o Município e a empresa prestadora do serviço devem ser realizadas por e-mail, sempre que o ato exigir tal formalidade.

§3º. O Município poderá convocar o responsável legal da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

§4º. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o Município poderá convocar o representante da empresa vencedora para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização.

§5º. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, conforme portaria vigente ou pelos respectivos substitutos, nos termos do art. 117, caput, da Lei n.º 14.133/2021:

§6º. Dos responsáveis pela fiscalização

I. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, conforme portaria vigente ou pelos respectivos substitutos, nos termos do art. 117, caput, da Lei n.º 14.133/21:

Gestor do contrato: Nelci Silvestri;

Fiscal volante titular: O fiscal será designado, de acordo com a Portaria vigente, no momento da elaboração do contrato administrativo.

Fiscal volante suplente: O fiscal volante suplente será designado, de acordo com a Portaria vigente, no momento da elaboração do contrato administrativo.

Fiscal administrativo titular: O fiscal será designado, de acordo com a Portaria vigente, no momento da elaboração do contrato administrativo.

Fiscal administrativo suplente: O fiscal administrativo suplente será designado, de acordo com a Portaria vigente, no momento da elaboração do contrato administrativo.

Fiscal Técnico: o fiscal será designado pelo veterinário responsável, de acordo com Portaria vigente, no momento da elaboração do contrato administrativo;

Fiscal Técnico Suplente: o fiscal técnico suplente será designado pelo veterinário responsável, de acordo com Portaria vigente, no momento da elaboração do contrato administrativo;

§7º. Do gestor do contrato

I. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais.

II. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

III. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, caso necessário.

IV. Ao término do contrato, o Gestor de Contratos deverá elaborar um relatório final onde possa descrever como foi a gestão do ciclo de vida do contrato, suas particularidades, problemas enfrentados, soluções aplicadas e principalmente as lições aprendidas.

§8º. Do fiscal volante

I. O fiscal volante do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

II. O fiscal volante do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

III. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal volante do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

IV. O fiscal volante do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

V. Durante a execução do objeto, o fiscal volante designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer ao **CONTRATADO** a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

VI. O fiscal volante deverá, mensalmente, formalizar a avaliação da execução do objeto, encaminhando a aprovação ao fiscal administrativo para dar sequência ao procedimento de pagamento.

VII. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, devem ser aplicadas as sanções ao **CONTRATADO** de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

VIII. O fiscal volante poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

IX. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do **CONTRATADO**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

§9º. Da fiscalização administrativa

I. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do **CONTRATADO**, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

II. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

III. O fiscal técnico administrativo comunicará ao gestor do contrato e a Secretaria solicitante, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

IV. O fiscal administrativo do contrato deverá, mensalmente, formalizar a avaliação das condições de habilitação do **CONTRATADO**, encaminhando os apontamentos ao gestor do contrato para as providências cabíveis, em caso de irregularidade.

V. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal administrativo do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

§10º. Da fiscalização técnica

I. O fiscal técnico acompanhará a execução do contrato, verificando o cumprimento das condições estabelecidas no Termo de Referência, no edital, no contrato e nos demais documentos que integram a contratação, de modo a assegurar a adequada execução dos serviços e o atendimento do interesse público.

II. O fiscal técnico registrará, no histórico de gerenciamento do contrato, todas as ocorrências relevantes relacionadas à execução dos serviços, especialmente quanto ao cumprimento das atividades técnicas previstas, à qualidade dos produtos entregues, aos prazos, à atuação da equipe técnica, à realização de reuniões, visitas, vistorias, campanhas, relatórios, diagnósticos, pareceres, protocolos e demais instrumentos vinculados ao Programa “Marau CuidaPet”.

III. Identificada qualquer inexecução, falha, atraso, desconformidade técnica ou irregularidade na execução do objeto, o fiscal técnico comunicará o fiscal administrativo e/ou o gestor do contrato, conforme o caso, para que seja providenciada a notificação da empresa prestadora de serviços, com indicação das providências necessárias e do prazo para regularização.

IV. O fiscal técnico informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, qualquer situação que demande decisão administrativa, alteração de planejamento, ajuste de cronograma, providência corretiva ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência.

V. Durante a execução contratual, o fiscal técnico deverá monitorar a qualidade dos serviços prestados, avaliando a compatibilidade das atividades desenvolvidas com os objetivos da contratação, especialmente quanto ao planejamento, coordenação, apoio técnico, orientação, monitoramento, avaliação e acompanhamento das ações relacionadas à saúde pública veterinária, ao manejo ético populacional, ao bem-estar animal e à educação comunitária em saúde animal.

VI. No caso de ocorrências que possam comprometer o cumprimento dos prazos, a continuidade dos serviços, a execução das ações programadas ou o atendimento das metas e entregas previstas, o fiscal técnico comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

VII. Na hipótese de desconformidade dos serviços em relação às condições técnicas, prazos, qualidade ou entregas exigidas, deverão ser adotadas as providências cabíveis para correção, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no edital, no contrato e na legislação aplicável, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

VIII. A fiscalização exercida pela Administração não exclui nem reduz a responsabilidade da empresa prestadora de serviços pela perfeita execução do objeto, inclusive perante terceiros, por falhas técnicas, omissões, atrasos, informações incorretas, danos, irregularidades ou

descumprimento das obrigações assumidas, não implicando corresponsabilidade da Administração, de seus agentes, gestores ou fiscais.

Cláusula 6.^a. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

§1º. Prestar à contratada todas as informações e orientações necessárias à adequada execução das atividades previstas no contrato.

§4º. Fiscalizar e acompanhar a execução do contrato, designando gestor e fiscais responsáveis, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

§5º. Efetuar o pagamento devido à contratada, na forma, prazos e condições estabelecidos no contrato, após o regular atesto da execução dos serviços pelo fiscal designado.

§6º. Comunicar formalmente à contratadas eventuais irregularidades verificadas na execução do contrato, para adoção das providências cabíveis.

Cláusula 7.^a. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

§1º. Executar integralmente o objeto contratual, em conformidade com as especificações, prazos, condições e diretrizes estabelecidas neste Termo de Referência, no Edital, no Contrato e no Estudo Técnico Preliminar.

Cláusula 8.^a. DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

§1º. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos art. 124 e seguintes da Lei Federal 14.133/2021.

§2º. O **CONTRATADO** é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

§3º. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do **CONTRATANTE**, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês, nos termos do art. 132 da Lei Federal 14.133/2021.

§4º. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei Federal 14.133/2021.

Cláusula 9.^a. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

§1º. As despesas referentes ao objeto serão empenhadas nas seguintes dotações orçamentárias, vigentes e/ou subsequentes:

Unidade: 000201

Funcional: 18.541.0124.2069.0000

Categoria Econômica: 3.3.90.39.05

ÓRGÃOS SUBORDINADOS MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS

Cláusula 10.^a. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAU - Rua Irineu Ferlin, 658 - CEP: 99.150-000. Marau/RS.

Fone: (54) 3342-9500 - www.pmmarau.com.br

Doe Sangue, Doe Órgãos, Salve Vidas.

§1º. Na vigência do Contrato, o **CONTRATADO** estará sujeito às seguintes penalidades, observando o art. 156 da Lei Federal 14.133/2021, admitindo-se a ampla defesa e os recursos previstos em Lei:

I. Deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 2 anos e/ou multa de até 10% sobre o valor estimado da contratação;

II. Pequenas irregularidades para as quais tenha concorrido: advertência por escrito sempre que verificadas;

III. Quando não corrigir as deficiências solicitadas pelo Município, em tempo hábil, acertado pelo Município através do(s) seu(s) responsável(is) técnico(s): aplicação de multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato e suspensão do direito de licitar com o Município pelo prazo de até 2 (dois) anos;

IV. Dependendo da gravidade da falta: suspensão do direito de licitar com o Município, num prazo de até 02 (dois) anos e multa de até 10% (dez por cento);

V. Nos casos de falta grave: declaração de inidoneidade para licitar e contratar por até 5 (cinco) anos e multa de até 10% sobre o valor atualizado do contrato.

§2º. Para efeitos da aplicação das sanções previstas nesta cláusula, fica a exclusivo critério do **CONTRATANTE** a definição do que sejam “pequenas irregularidades”, “gravidade da falta” e “falta grave”.

§3º. No caso de aplicação de multa, o **CONTRATADO** será notificada, por escrito, da referida sanção, tendo ela o prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento da notificação, para recolher a importância à Secretaria da Fazenda, sendo necessária a apresentação de comprovante do recolhimento, para liberação do pagamento da parcela que tiver direito.

§4º. Salvo no caso de advertência, as penalidades serão registradas e publicadas no sítio eletrônico oficial do Município.

§5º. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

Cláusula 11.ª. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

§ 1º. O presente Contrato poderá ser extinto antecipadamente por interesse do **CONTRATANTE** nas hipóteses do art. 137 com as consequências previstas no art. 139 da Lei Federal nº 14.133/2021, devendo a decisão ser formalmente motivada, assegurando-se ao **CONTRATADO** o contraditório e a ampla defesa.

§ 2º. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da Lei nº 14.133/21.

§ 3º. O presente Contrato poderá ser extinto antecipadamente por interesse do **CONTRATADO** nas hipóteses do art. 137, §2º, com as consequências previstas no art. 138, §2º da Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 4º. Nas hipóteses previstas no parágrafo terceiro, a manifestação de intenção de extinção contratual por parte do **CONTRATADO**, deverá ser realizada com, no mínimo **30 (trinta) dias** de antecedência da ocorrência de seus efeitos.

§ 5º. O termo de extinção, será precedido de balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos, relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos e indenizações ou multas.

§ 6º. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, desde que a solicitação tenha sido realizada durante a vigência do contrato, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

Cláusula 12.ª. DA PUBLICAÇÃO

§1º. Incumbirá ao **CONTRATANTE** divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei Federal 14.133/2021, bem como no respectivo sítio eletrônico oficial, em atenção ao art. 91, caput, da Lei Federal 14.133/2021.

Cláusula 13.ª. DO FORO

§1º. Resta estabelecido o Foro da Comarca de Marau - RS, o competente para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias advindas desta relação.

Marau, ... de de

.....
CONTRATADO

MUNICÍPIO DE MARAU
CONTRATANTE